

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 85/2020

Dispensa de Licitação nº 55/2020
Processo Administrativo nº 1.520/2020

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRINHA** Estado Bahia, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.845.086/0001-03, situada, situada na Rua Macário Ferreira, 517, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo, seu Prefeito Municipal, Sr. Adriano Silva Lima brasileiro, casado, médico, RG nº 05.820.947-63 SSP/BA e CPF nº 912.972.575-53 e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 10.984.916/0001-87, representado pelo seu secretário o senhor Alexandre Pires Nobrega Thaim, RG nº 07.973.040-02 SSP/BA e CPF nº 777.651.095-53, doravante denominados **CONTRATANTES** e de outro, a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SERRINHA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.096.554/0001-74, situada a Pc. Graciliano de Freitas, 340, Centro, Serrinha, Bahia, CEP: 48.700-000, neste ato representado pelo senhor Raimundo Moreira Reis Junior, portador do CPF nº. 434.530.665-53, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.080, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Municipal nº 18/2020, a Portaria Interministerial nº 188/2020 e demais legislações pertinentes, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente instrumento, que se regerá pelas normas gerais das demais legislações aplicáveis mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contratotem por objeto a contratação emergencial de entidade filantrópica para prestação de serviços médicos de urgência no Município de Serrinha, BA, para usuários do Sistema Único de Saúde – SUS durante a pandemia da Covid-19, tendo como referência a Tabela de Procedimentos do SUS.

Da distribuição de proceimentos por nivel de atenção

Nivel de atenção	Previsão orçamentaria
Atenção ambulatorial	35.999,40
Atenção hospitalar	30.000,00
Total	65.999,40

- a) o procedimentos que farão parte dos elencos a nível ambulatorial e hospitalar faz parte do Anexo I e II deste contrato;
- b) Os valores de referencia para cada prosedimento previsto neste contrato, será pago de acordo com a redferencia da tabela unificada do SUS disponível atraves do link <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela>.

ANEXO I - TABELA SERVIÇOS AMBULATORIAIS

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	VALOR DO PROCEDIMENTO
0301 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (CONSULTAS / ATENDIMENTOS / ACOMPANHAMENTOS)		
030101004	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENCAO ESPEC-MAC-GRUPO	R\$ 6,30
030101007	CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA-MAC-PROC.	R\$ 10,00
030106002	ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCA-MAC-GRUPO	R\$ 12,47
030106006	ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA - MAC-GRUPO	R\$ 11,00
030110001	ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA. -MAC-GRUPO	R\$ 0,63
0401 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (PEQUENAS CIRURGIAS E CIRURGIAS DE PELE, TECIDO SUBCUTÂNEO E MUCOSA)		
040101005	EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E M-MAC-GRUPO	R\$ 23,16
040101007	EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBACEO / LIPOMA -MAC-GRUPO	R\$ 12,46
040101010	INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO -MAC-GRUPO	R\$ 11,84
040101011	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO -MAC-GRUPO	R\$ 11,84
0404 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (CIRURGIA DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES, DA FACE, DA CABEÇA E DO PESCOÇO)		
040401012	EXERESE DE TUMOR DE VIAS AEREAS SUPERIORES, FACE E PESCOCO -MAC-GRUPO	R\$ 36,97
040401031	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO / FARINGE / LARINGE / N-MAC-GRUPO	R\$ 26,42
040401034	TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR -MAC-GRUPO	R\$ 17,00
040402005	DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS - MAC-GRUPO	R\$ 14,07
040402009	EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA BOCA-MAC-GRUPO	R\$ 28,00



0406 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (CIRURGIA DO APARELHO CIRCULATÓRIO)		
040602013	EXCISAO E SUTURA DE HEMANGIOMA	R\$ 29,86
040602014	EXCISAO E SUTURA DE LINFANGIOMA / NEVUS MAC-GRUPO	R\$ 29,86
0415 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (OUTRAS CIRURGIAS)		
041504004	DEBRIDAMENTO DE ULCERA / NECROSE-MAC-GRUPO	R\$ 29,86

Fonte: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela>

ANEXO II - SERVIÇOS HOSPITALARES

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
0303 – TRATAMENTOS CLÍNICOS (OUTRAS ESPECIALIDADES)		
0303100010	TRATAMENTO DE COMPLICACOES RELACIONADAS PREDOMINANTEMENTE AO PUERPERIO	R\$ 154.30
0303100028	TRATAMENTO DE ECLAMPSIA	R\$ 123.99
0303100036	TRATAMENTO DE EDEMA, PROTEINURIA E TRANSTORNOS HIPERTENSIVOS NA GRAVIDEZ PARTO E PUERPERIO	R\$ 123.99
0303100044	TRATAMENTO DE INTERCORRENCIAS CLINICAS NA GRAVIDEZ	R\$ 109.24
0303100052	TRATAMENTO DE MOLA HIDATIFORME	R\$ 68.86
0303010010	TRATAMENTO DE DENGUE CLASSICA	R\$ 287.76
0303010029	TRATAMENTO DE DENGUE HEMORRAGICA	R\$ 289.17
0303010037	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS BACTERIANAS	R\$ 865.91
0303010045	TRATAMENTO DE DOENCAS BACTERIANAS ZOOTICAS	R\$ 339.93
0303010053	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DEVIDAS A PROTOZOARIOS	R\$ 138.74
0303010061	TRATAMENTO DE DOENCAS INFECCIOSAS E INTESTINAIS	R\$ 324.90
0303010070	TRATAMENTO DE FEBRES POR ARBOVIRUS E FEBRES HEMORRAGICAS VIRAIS	R\$ 174.45
0303010096	TRATAMENTO DE HANTAVIROSE	R\$ 177.17
0303010100	TRATAMENTO DE HELMINTIASES	R\$ 189.67
0303010118	TRATAMENTO DE HEPATITES VIRAIS	R\$ 203.11



0303010126	TRATAMENTO DE INFECCOES DE TRANSMISSAO PREDOMINANTEMENTE SEXUAL	R\$ 258.77
0303010134	TRATAMENTO DE INFECCOES VIRAIS CARACTERIZADAS POR LESOES DE PELE E MUCOSAS	R\$ 174.42
0303010142	TRATAMENTO DE INFECCOES VIRAIS DO SISTEMA NERVOSSO CENTRAL	R\$ 653.05
0303010150	TRATAMENTO DE MALARIA	R\$ 229.21
0303010169	TRATAMENTO DE MICOSES	R\$ 465.31
0303010177	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS CAUSADAS POR CLAMIDIAS	R\$ 155.12
0303010185	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS CAUSADAS POR ESPIROQUETAS	R\$ 263.56
0303010193	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS CAUSADAS POR VIRUS	R\$ 157.99
0303010207	TRATAMENTO DE POLIOMIELITE PARALITICA AGUDA	R\$ 171.23
0303030020	TRATAMENTO DE DESNUTRICAO	R\$ 446.78
0303030038	TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS	R\$ 360.80
0303030046	TRATAMENTO DE DISTURBIOS METABOLICOS	R\$ 139.42
0303030054	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DA GLANDULA TIREOIDE	R\$ 192.21
0303030062	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DE OUTRAS GLANDULAS ENDOCRINAS	R\$ 230.76
0303070064	TRATAMENTO DE DOENCAS DO ESOFAGO ESTOMAGO E DUODENO	R\$ 186.06
0303070072	TRATAMENTO DE DOENCAS DO FIGADO	R\$ 416.39
0303070080	TRATAMENTO DE DOENCAS DO PERITONIO	R\$ 251.76
0303070099	TRATAMENTO DE ENTERITES E COLITES NAO INFECCIOSAS	R\$ 204.15
0303070102	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DO APARELHO DIGESTIVO	R\$ 347.15
0303070110	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DO INTESTINO	R\$ 193.66
0303070129	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DAS VIAS BILIARES E PANCREAS	R\$ 270.38
0303080043	TRATAMENTO DE AFECCOES BOLHOSAS	R\$ 186.16
0303080051	TRATAMENTO DE DERMATITES E ECZEMAS	R\$ 224.91



0303080060	TRATAMENTO DE ESTAFILOCOCCIAS	R\$ 292.62
0303080078	TRATAMENTO DE ESTREPTOCOCCIAS	R\$ 292.62
0303080086	TRATAMENTO DE FARMACODERMIS	R\$ 186.16
0303080094	TRATAMENTO DE OUTRAS AFECCOES DA PELE E DO TECIDO SUBCUTANEO	R\$ 182.57
0303090138	TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA / LESAO LIGAMENTAR / ARRANCAMENTO OSSEO AO NIVEL DA PELVE	R\$ 157.73
0303090197	TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DOS ANEIS PELVICOS	R\$ 156.67
0303090235	TRATAMENTO CONSERVADOR DE LESAO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA C/ ORTESE	R\$ 205.25
0303090316	TRATAMENTO DAS POLIARTROPATHIAS INFECCIOSAS / INFLAMATORIAS	R\$ 190.70
0303110015	TRATAMENTO DAS MALFORMACOES E DEFORMIDADES CONGENITAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR	R\$ 162.45
0303110023	TRATAMENTO DE ANOMALIAS CROMOSSOMICAS NAO CLASSIFICADAS EM OUTRA PARTE	R\$ 282.57
0303110031	TRATAMENTO DE ESPINHA BIFIDA	R\$ 334.96
0303110040	TRATAMENTO DE MALFORMACOES CONGENITAS DO APARELHO CIRCULATORIO	R\$ 626.41
0303110058	TRATAMENTO DE FENDA LABIAL E/OU FENDA PALATINA	R\$ 404.39
0303110066	TRATAMENTO DE MALFORMACOES CONGENITAS DO APARELHO URINARIO	R\$ 285.96
0303110074	TRATAMENTO DE MALFORMACOES CONGENITAS DOS ORGaos GENITAIS	R\$ 230.76
0303110082	TRATAMENTO DE NEUROFIBROMATOSE	R\$ 204.02
0303110090	TRATAMENTO DE OUTRAS ANOMALIAS CONGENITAS DO SISTEMA NERVOSO	R\$ 334.96
0303110104	TRATAMENTO DE OUTRAS MALFORMACOES CONGENITAS	R\$ 189.61
0303110112	TRATAMENTO DE OUTRAS MALFORMACOES CONGENITAS DO APARELHO DIGESTIVO	R\$ 366.74
0303140020	TRATAMENTO DA FIBROSE CISTICA COM MANIFESTACOES PULMONARES	R\$ 432.68
0303140038	TRATAMENTO DAS AFECCOES NECROTICAS E	R\$ 481.41

	SUPURATIVAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	
0303140046	TRATAMENTO DAS DOENCAS CRONICAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	R\$ 479.19
0303140054	TRATAMENTO DAS DOENCAS PULMONARES DEVIDAS A AGENTES EXTERNOS	R\$ 358.35
0303140062	TRATAMENTO DE CARDIOPATIA PULMONAR NAO ESPECIFICADA (COR PULMONALE)	R\$ 623.26
0303140070	TRATAMENTO DE DOENCA DO OUVIDO EXTERNO MEDIO E DA MASTOIDE	R\$ 147.71
0303140089	TRATAMENTO DE DOENCAS RESPIRATORIAS QUE AFETAM PRINCIPALMENTE O INTERSTICIO	R\$ 448.87
0303140097	TRATAMENTO DE HEMORRAGIAS DAS VIAS RESPIRATORIAS	R\$ 172.34
0303140100	TRATAMENTO DE INFECCOES AGUDAS DAS VIAS AEREAS SUPERIORES	R\$ 177.07
0303140119	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DA PLEURA	R\$ 407.88
0303140127	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DAS VIAS AEREAS SUPERIORES	R\$ 185.83
0303140135	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DO APARELHO RESPIRATORIO	R\$ 480.87
0303140143	TRATAMENTO DE OUTRAS INFECCOES AGUDAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	R\$ 187.13
0303140151	TRATAMENTO DE PNEUMONIAS OU INFLUENZA (GRIPE)	R\$ 582.42
0303150017	TRATAMENTO DE DOENCAS DOS ORGAOS GENITAIS MASCULINOS	R\$ 67.31
0303150025	TRATAMENTO DE DOENCAS GLOMERULARES	R\$ 331.54
0303150033	TRATAMENTO DE DOENCAS INFLAMATORIAS DOS ORGAOS PELVICOS FEMININOS	R\$ 198.81
0303150041	TRATAMENTO DE DOENCAS RENAIIS TUBULO-INTERSTICIAIS	R\$ 347.95
0303150050	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENCAS DO APARELHO URINARIO	R\$ 218.68
0303150068	TRATAMENTO DE OUTROS TRANSTORNOS DO RIM E DO URETER	R\$ 272.97
0303160012	TRATAMENTO DE ENTERITE NECROSANTE DO FETO E DO RECEM-NASCIDO	R\$ 166.08
0303160020	TRATAMENTO DE INFECCOES ESPECIFICAS DO	R\$ 224.97



	PERIODO PERINATAL	
0303160039	TRATAMENTO DE OUTROS TRANSTORNOS ORIGINADOS NO PERIODO PERINATAL	R\$ 262.54
0303160047	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS HEMORRAGICOS E HEMATOLOGICOS DO FETO E DO RECEM-NASCIDO	R\$ 262.54
0303160055	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS RELACIONADOS C/ A DURACAO DA GESTACAO E C/ O CRESCIMENTO FETAL	R\$ 778.02
0303160063	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS RESPIRATORIOS E CARDIOVASCULARES ESPECIFICOS DO PERIODO NEONATAL	R\$ 482.45
0303160071	TRATAMENTO DE TRAUMATISMO DE PARTO	R\$ 170.35
0308 – PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (TRATAMENTO DE LESÕES, ENVENENAMENTOS E OUTROS, DECORRENTES DE CAUSAS EXTERNAS)		
0308010035	TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS C/ LESAO DE ORGAO INTRA-TORACICO E INTRA-ABDOMINAL	R\$ 251.96
0308010043	TRATAMENTO DE TRAUMATISMOS ENVOLVENDO MULTIPLAS REGIOES DO CORPO	R\$ 257.32
0308020022	TRATAMENTO DE EFEITOS DO CONTATO C/ ANIMAIS E PLANTAS VENENOSOS	R\$ 199.33
0308020030	TRATAMENTO DE INTOXICACAO OU ENVENENAMENTO POR EXPOSICAO A MEDICAMENTO E SUBSTANCIAS DE USO NAO MEDICINAL	R\$ 136.95
0308030010	TRATAMENTO DE EFEITOS DA PENETRACAO DE CORPO ESTRANHO EM ORIFICIO NATURAL	R\$ 154.44
0308030028	TRATAMENTO DE EFEITOS DE OUTRAS CAUSAS EXTERNAS	R\$ 154.44
0308030036	TRATAMENTO DE QUEIMADURAS CORROSOES E GELADURAS	R\$ 154.44
0308040015	TRATAMENTO DE COMPLICACOES DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS OU MEDICOS	R\$ 199.33
0308040023	TRATAMENTO DE EVENTOS ADVERSOS POS-VACINAIS	R\$ 170.27

CLÁSULA SEGUNDA – DAS NORMAS

O presente Contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei Federal 8.080 de 12 de setembro de 1990, Lei Federal 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Orgânica do Município, Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 307/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução RDC nº 051/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, Resolução RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução CFM nº 1.886, de 13 de novembro de 2008, Resolução CFM nº 1.802, de 04 de Outubro de 2006, Resolução COFEN nº 214, de 10 de novembro de 199 e demais legislações aplicáveis a este credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Observar os seguintes princípios na prestação dos serviços, objeto desta Instrução:
 - a) Garantir a integridade física dos pacientes durante o procedimento, protegendo-os de situações de risco;
 - b) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
 - c) Atendimento de qualidade;
 - d) Realizar 100% do atendimento de urgência e emergência obstétrica 24 horas, todos os dias da semana, inclusive aos finais de semana e período noturno;
 - e) Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
 - f) Garantia do cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas desde a admissão até o acompanhamento a alta do paciente;
 - g) Garantia da confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, observando as questões de sigilo profissional;
 - h) Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados, cumprindo, dentro dos prazos estabelecidos todas as obrigações assumidas, obedecendo rigorosamente às normas técnicas;
 - i) Disponibilizar todo o material de consumo necessário à realização dos serviços;
 - j) Comunicar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
 - k) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
 - l) Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços;
 - m) Observar e respeitar a Legislação Ambiental;

- n) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- o) Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo jurídico com o município;
- p) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao município e/ou a terceiros, inclusive por seus empregados;
- q) Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre eles incidentes, prêmios de seguro de responsabilidade civil, indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, além de quaisquer outras despesas incidentes, devendo apresentar, sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respectivos;
- r) Acatar apenas as solicitações de serviços emitidas por servidores formalmente autorizados pelo município;
- s) Apresentar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para efeito de pagamento, as autorizações sem qualquer rasura e que estejam preenchidas com informações mínimas, a saber: descrição do serviço, quantidade, data e nome do responsável pela autorização com o respectivo setor de trabalho;
- t) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;
- u) Utilizar os recursos tecnológicos e equipamentos adequados, de maneira adequada;
- v) Observar a vedação de cobrança de valor diretamente aos usuários ou responsáveis destes, seja qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada para a prestação dos serviços e insumos de saúde;
- w) Obedecer aos protocolos clínicos recomendados de regulação adotados pela Central Municipal de Regulação;
- x) Dispor de equipe médica completa, inclusive anestesista, e equipe de enfermagem para realização de procedimentos cirúrgicos em pacientes adultos e pediátricos oriundos do SUS;
- y) Responsabilizar-se pela indenização de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso;
- z) Atender de forma humanizada os pacientes internados e orientar seus familiares

durante todo o período de internamento;

aa) Atender apenas os pacientes encaminhados por demanda espontânea, referenciada e via Central Municipal de Regulação, exceto para os casos de urgência e emergência;

bb) Apresentar, quando solicitado, a comprovação de regularidade fiscal;

cc) Apresentar Autorização de Internamento Hospitalar (AIH), à Coordenação de Processamento (SESAU/SERRINHA/PROCESSAMENTO), até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, com as informações referentes às atividades assistenciais realizadas, na forma de AIH em meio magnético, em conformidade com os parâmetros do Ministério da Saúde;

dd) Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;

ee) Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 307/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;

ff) Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 051/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;

gg) Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.634, de 11 de abril de 2002, que dispõe sobre convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;

hh) Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.666, de 07 de Maio de 2003, que dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;

ii) Observar o disposto na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe

sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

jj) Cumprir o estabelecido na legislação sanitária vigente, considerando a Resolução RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

kk) Observar o disposto na Resolução ANVISA nº 2.605, de 11 de agosto de 2006, que estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados.

ll) Cumprir o estabelecido na Portaria GM/MS nº 2.616, de 12 de Maio de 1998, que institui diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares;

mm) Cumprir, no que couber, o disposto na Resolução CFM nº 1.886, de 13 de novembro de 2008, que dispõe sobre as "Normas Mínimas para o Funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência";

nn) Encaminhar a produção concernente às internações no SIH e os procedimentos ambulatoriais no SIA ou em outros sistemas que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde;

oo) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e os arquivos médico, pelo prazo mínimo de 20 anos, ressalvo os prazos previsto em lei;

pp) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em pesquisa, devidamente registrada;

qq) Garantir regulamente roupas de cama e banho limpas para todos os pacientes;

rr) Justificar por escrito a Secretaria Municipal de Saúde, ao paciente ou seu representante as razões técnicas alegadas quando a decisão da não realização de internação hospitalar, ou realização de procedimentos;

ss) Estabelecer os protocolos assistenciais, normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

tt) Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

uu) Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que ~~tange aos serviços~~ cobertos pelo SUS;

vv) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade de Saúde, disponibilizando a qualquer momento à **CONTRATANTE** e auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários do SUS, que deverão estar em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Aferir a evolução contínua de qualidade dos serviços prestados, com base no índice de satisfação do usuário, medido através de instrumentos de pesquisa junto aos usuários, considerando parâmetros estatísticos e probabilísticos.
- b) Gerenciar, orientar e monitorar o credenciamento e a rede de prestadores de serviços.
- c) Assegurar que os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência sejam basilares das ações, normas e protocolos dos serviços.
- d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do CONTRATO, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.
- e) Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições ajustadas, com os descontos e recolhimentos previstos em Lei;
- f) Estabelecer padrões técnicos de qualidade a serem adotados pela rede prestadora, avaliando o seu cumprimento.
- g) Proceder à verificação de possíveis denúncias de irregularidades referentes à prestação de serviços, as quais devem ser devidamente formalizadas.
- h) Prestar informações e esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos ao credenciamento.
- i) Autorizar os laudos para emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), conforme cronograma de procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de saúde;
- j) Processar no Sistema de Informação Hospitalar Decentralizada (SIHD2) a produção concernente às internações e no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) a produção relativa aos procedimentos ambulatoriais, ou em outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
- k) Analisar as justificativas de recusa de internação ou realização de procedimentos por partes das unidades prestadora de serviço;
- l) Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos

hospitalares, com o respectivo desconto na produção apresentada;

m) Realizar de forma permanente ações e atividades de acompanhamento, apoio e avaliação da assistência prestada;

n) Realizar a qualquer tempo, auditorias pelo Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes.

CLÁSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas ocorrerão à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal da Saúde- SMS, a seguir especificada:

Projeto/Atividade: 2032 /2096

Elemento de despesa: 33.90.39.00

Fonte de recursos: 02/14

CLÁSULA SEXTA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

a) A execução do presente contrato será avaliada mensalmente pelos órgãos competentes do SUS para avaliação e controle dos procedimentos apresentado na fatura deste contrato.

CLÁSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) A Secretaria Municipal de Saúde, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, comunicação escrita e outras atividades correlatas;

b) Caberá a Secretaria Municipal de Saúde, junto com as áreas técnicas especifica desenvolver o instrumento de avaliação qualitativa dos serviços credenciados e da satisfação dos usuários, utilizando para tal, a mesma base metodológica do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS do Ministério da Saúde;

c) Os prestadores de serviços estarão sujeitos à avaliação física e funcional que será realizada quanto a qualidade das instalações, equipamentos e materiais, com emissão de parecer FAVORÁVEL ou DESFAVORÁVEL;

d) O prestador de serviço será responsável pelo material necessário a realização do procedimento, incluindo nesse caso, todos e qualquer medicamentos, dispositivos, imprescindível para a realização do procedimento;

- e) O prestador de serviço deverá afixar em local visível, informativo de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- f) O prestador de serviços deverá recolher a guia de autorização ambulatorial, assinada pelo paciente ou do representante legal.
- g) A não comprovação da execução dos serviços ambulatoriais e hospitalares, poderão ser glosado por meio de auditoria, desde que não seja comprovado evidências documentais que comprovem a execução dos serviços ora contratados;

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR

- a) O valor do presente contrato é de R\$ 65.999,40 (sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), conforme tabela de preços constantes nas tabelas e quantitativo de procedimentos executados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA – DO ACESSO AO SERVIÇO

- a) O acesso ao serviço por se tratar de urgência, poderá ser por demanda espontânea, demanda referenciada ou pela central municipal de regulação;
- b) O controle das consultas especializadas tem como finalidade a garantia da atenção integral à saúde, a utilização racional da capacidade instalada da rede de serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O pagamento pelos serviços prestados será feito mensalmente após a apresentação e conferência da fatura emitida pelo prestador e terá como referência os valores consignados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, e OPM do SUS, em vigor, editada pelo Ministério da Saúde;
- b) Os valores estipulados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS serão revistos na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde;
- c) O pagamento pelos serviços prestados será efetuado até o 10º dia útil, após o repasse pelo Ministério da Saúde e disponibilização do recurso pelo Fundo Municipal de Saúde no bloco da Média e Alta Complexidade – MAC, concernente a competência processada;
- d) O pagamento deste contrato será feito baseado na prestação de serviço executado na competência, tendo como referência o valor da tabela SUS, não sendo contemplado nenhum tipo de recurso de incentivo;
- e) Estão inclusos nos preços todo e qualquer custo ou despesa necessários à prestação

dos serviços objeto deste instrumento, tais como: encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, despesas e custos operacionais e não operacionais (translado materiais de consumo, expediente, penso, medicamentos, limpeza, telefone, gases liquefeitos e medicinais, lavanderia, alimentação entre outros).

CLÁSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

A **CONTRATADA** obriga-se a encaminhar à **CONTRATANTE**, nos prazos estabelecidos, os seguintes documentos ou informações:

- a) Arquivos (faturamento) e relatórios da produção mensal até 5º dia previsto no calendário estipulado pela Coordenadoria Avaliação / Controle e Processamento, do mês subsequente à realização dos serviços;
- b) Nota Fiscal/Fatura e demais documentos referentes aos serviços efetivamente executados no período, conforme estabelecido pela Diretoria Financeira do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁSULA DECIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- a) O presente Contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto, que não pode ser modificado, com exceção de procedimentos que, hodiernamente, não estejam incluídos na Tabela do SUS e que venham, posteriormente, a ser inclusos;
- b) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no presente Contrato, de acordo com o art. 65 §1º da Lei 8.666/93;
- c) Após a reavaliação da capacidade instalada, as partes poderão, mediante regular Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da **CONTRATADA** e as necessidades desta SMS, alterar os valores limites deste Contrato, mediante justificativas aprovadas pelo Secretário Municipal da Saúde e desde que sejam respeitadas a capacidade financeira da **CONTRATANTE**.

CLÁSULA DECIMA TERCEIRA – DA RECISSÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente ~~pela~~ **CONTRATANTE** quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

- a) Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela **CONTRATANTE**;
- b) Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes da SMS ou do Ministério da Saúde;
- c) Pela negativa da **CONTRATADA** em prestar serviços aos usuários do SUS ou pela paralisação dos serviços sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) Caso efetue qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;
- e) Descumprimento de qualquer cláusula estabelecida;
- f) Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a **CONTRATADA** estará obrigada a continuar a prestação dos serviços contratados por mais 90 (noventa) dias, sob pena inclusive de, em havendo negligência de sua parte, estar sujeita às sanções legais;
- g) Em caso de rescisão do presente Contrato pela **CONTRATANTE** não caberá, à **CONTRATADA**, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data do evento.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

- a) A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso:
 - a.1) Advertência: Para as infrações consideradas leves;
 - a.2) Multa: Para as infrações consideradas intermediárias;
 - a.3) Suspensão temporária do credenciamento: Para as infrações consideradas de natureza grave;
 - a.4) Descredenciamento do estabelecimento de saúde, para as infrações consideradas de natureza gravíssima;
- b) As penalidades enumeradas nas alíneas “a.3 ” e “a.4” poderão ser aplicadas concomitantemente com a da alínea “a.2”;
- c) Será assegurada prévia defesa a **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista do respectivo processo, sem prejuízo de eventual suspensão cautelar da vigência do contrato nas hipóteses em que a Administração repute de risco ou iminência de risco à saúde da população;

- d) Nos casos em que se fizerem necessários, a pena de advertência será acompanhada de prazo para que a CONTRATADA sane a não conformidade, ora identificada, podendo, inclusive, resultar na suspensão temporária da vigência do contrato, até o cumprimento da obrigação;
- e) A multa será imposta, igualmente, a critério da Administração, para as infrações não previstas expressamente no contrato e edital e que não se qualifiquem passíveis de aplicação da pena de advertência;
- f) A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração nos seguintes limites máximo de 10%:
- f.1) 4% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- f.2) 6% (seis décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por dias subsequentes ao trigésimo;
- g) A apresentação de produção maior do que o serviço efetivamente realizado acarretará em ressarcimento ao erário do valor indevidamente cobrado, bem como na cobrança de multa equivalente a este valor;
- h) A administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido a CONTRATADA, o valor de qualquer multa e/ou demais sanções pecuniárias que porventura sejam impostas em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato;
- i) Quando houver suspensão da prestação dos serviços e/ou a CONTRATADA ficar impossibilitada de sofrer descontos nas próximas faturas, à cobrança será efetuada via administrativa e/ou judicial, e os valores respectivos deverão ser recolhidos aos cofres do Fundo Municipal de Saúde;
- j) Caberá suspensão temporária do credenciamento do SUS ou da prestação de determinado serviço, naquelas ações que resultem em danos pecuniários, ou que infringirem as normas reguladoras do SUS, de natureza operacional, administrativa ou contratual, ou ainda que levarem prejuízo à assistência do usuário;
- k) O prazo da suspensão será de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias a depender da gravidade da infração. Nos casos em que a suspensão provier de irregularidade específica ou omissão a norma reguladora do SUS, o seu prazo estará condicionado até que a CONTRATADA sane as irregularidades e/ou respectivas omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- a) O presente contrato tem vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por

igual período, de acordo com o cenário da pandemia da Covid-19).

CLÁSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- a) Fica eleito o foro da Cidade de Serrinha, estado da Bahia, para dirimir questões sobre a execução do presente Contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos contratantes.
- b) E, por estarem, assim, justo e acordado, os contratantes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Serrinha, BA, 09 de abril de 2020.

MUNICIPIO DE SERRINHA

Adriano Silva Lima

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Alexandre Pires Nobrega Tahim

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SERRINHA

Raimundo Moreira Reis Junior

Testemunhas:
